Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v2,
2022/02
ISSN 2178-6925

# O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SOB A ÓTICA DE PAULO FREIRE E A ABORDAGEM CENTRADA NO ESTUDANTE DE CARL ROGERS

# THE TEACHING-LEARNING PROCESS FROM THE PERSPECTIVE OF PAULO FREIRE AND THE STUDENT CENTERED APPROACH BY CARL ROGERS

**Dinah Emanuelly Meira Santos**

Acadêmica do curso de Psicologia, Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – MG; e-mail: dinah_manu@hotmail.com

**Leidiana Rodrigues Pereira**

Acadêmica do curso de Psicologia, Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – MG; e-mail: leidianarodriguespereira@gmail.com

**Alcilene Lopes de Amorim Andrade**

Psicóloga, Pós-graduada em Psicologia Clínica, Mestre em Educação, Professora na ALFA UNIPAC TO- MG, e-mail: alcileneaguia@hotmail.com

Recebido: 25/01/2022 – Aceito: 17/02/2022

**Resumo**

Este trabalho aborda a educação centrada no estudante é uma proposta de ensino baseada na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), criada por Carl Rogers, que tem como objetivo a construção de uma educação voltada para o desenvolvimento das potencialidades e automonia dos estudantes; em conexão com as contribuições de Paulo Freire, que critica a educação bancária brasileira, deixando o aluno na posição de depositário de conhecimento, condição esta que o torna um ser passivo e inautentico, que tem seus saberes e história de vida ignorada. O objetivo do estudo é descrever os princípios educacionais propostos por Carl Rogers e Paulo Freire e seus diferenciais em relação ao método de educação tradicional. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliografica,de abordagem qualitativa, descritiva quanto aos fins. Os achados na literatura revelam que a educação tradicional é impositiva, rígida, não permitindo a exploração das potencialidades dos indivíduos, não considera realidades sociais diferentes, é baseada em uma realidade social apenas, sendo essencialmente elitista. Pode-se afirmar que os dois pensadores em tela,

apresentaram importantes contribuições para a construtução de uma educação humanista, significativa, não-diretiva, não bancária, tendo o estudante como ator principal, responsável pela construção de seu conhecimento e pela condução de seu processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação Humanista; Educação Bancária; Educação Centrada no Estudante; Aprendizagem Significativa.

**Abstract**

This paper discusses student-centered education, which is a teaching proposal it is based on the Person-Centered Approach (PCA), created by Carl Rogers, which aims to build an education focused on the development of students' potentialities and self-motivation; in connection with Paulo Freire's contributions, who criticizes the Brazilian banking education, leaving the student in the position of a depository of knowledge, a condition that makes him a passive and inauthentic being, who has his knowledge and life history ignored. The objective of this study is to describe the educational principles proposed by Carl Rogers and Paulo Freire and their differences in relation to the traditional education method. For this purpose, a bibliographic research of qualitative and descriptive approach was carried out. The findings in the literature reveal that traditional education is imposing, rigid, does not allow the exploration of individuals' potentialities, does not consider different social realities, is based on one social reality only, and it is essentially elitist. It can be said that the two thinkers in question presented important contributions to the construction of a humanistic, meaningful, non-directive, non-bank education, with the student as the main actor, responsible for the construction of his knowledge and for the conduction of his learning process.

**Keywords:** Humanist Education. Banking Education. Student Centered Education. Meaningful Learning.

## 1 Introdução

Este trabalho faz apontamentos sobre o processo de ensino-aprendizagem e como fatores relacionados a vivência do aluno e o contexto no qual ele está inserido – sociedade-família-escola- devem interagir com o processo ensino-aprendizagem, à luz das contribuições da psicologia humanista e da pedagogia libertadora, as quais serão discutidas posteriormente.

Discute-se o caminho da aprendizagem para além do processo mecânico, padronizado, onde geralmente são ofertados e/ou depositados conteúdos sobre o estudante de acordo com as especificações de um projeto pedagógico preexistente para todo o território brasileiro, em detrimento das peculiaridades

locais/regionais de cada escola. Espera-se assim, que os alunos, de diferentes regiões, aprendam de maneira igual e que apresentem resultados iguais.

A escola pode ser considerada um dos grupos sociais de maior importância para uma criança, devendo-se considerar todo seu contexto social / cultural. A partir do seu ingresso na escola, contabiliza-se também o ambiente escolar e todo o aporte que este ambiente oferece a criança. Tendo em vista que ela é um ser biopsicossocial, e não se trata de um sujeito que chega a escola vazio, sem nada saber, mas como um ser que possui outras vivências para além da escola, depreende-se que ingressar no processo da aprendizagem escolar, não anula as primeiras fontes de aprendizagem. A criança traz consigo uma história de vida, que envolve vários contextos, e a escola deve ser um meio que agregue saber ao saber que já existente.

Rogers (1961), afirma que para uma aprendizagem satisfatória, faz – se necessário que esse ensino faça sentido para a criança, ou seja, que esteja de acordo com a vivência dela, ligando as várias áreas de sua vida aos seus conhecimentos. Se os seres humanos são diferentes, únicos, não há como imaginar que a maneira pela qual eles devem aprender, não seja também única e que suas realidades sociais não devam ser consideradas.

Paulo Freire (1996), advertiu para que a educação não se tornasse um ato de transmissão de conhecimento apenas, onde o aluno é tido como um depositário de conteúdos, e é levado a repeti-los e reproduzi-los, validando seus conhecimentos a partir de testes, ou seja, o que define o que o aluno sabe ou não, são as avaliações e as notas obtidas por meio delas.

Sabendo-se que o processo da educação tradicional é reprodutivista e contrário à teoria Rogeriana, bem como à Freireana, pelas quais pretende – se responder à questão que norteará este trabalho: Quais princípios de educação sugeridos por Carl Rogers e Paulo Freire e que diferenciais apresentam em relação à educação tradicional?

Em atendimento ao problema proposto, o objetivo principal é descrever os princípios educacionais propostos por Carl Rogers e Paulo Freire e seus diferenciais em relação ao método de educação tradicional. Especificamente, pretende-se apresentar um breve histórico da educação no Brasil; elencar os fatores que contribuem ou dificultam o processo ensino-aprendizagem, sob a

perspectiva de Paulo Freire; identificar as contribuições da abordagem humanista de Carl Rogers, na construção do aprender centrado no aluno.

A importância deste trabalho reside na necessidade de refletir sobre os princípios da educação humanista e libertadora no contexto atual brasileiro, uma vez que em tempos de retrocesso nas conquistas democráticas, torna-se premente a construção de práticas pedagógicas alinhadas com o desenvolvimento da consciência crítica e com a emancipação social, política sobretudo das camadas sociais historicamente oprimidas/excluídas

## 2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos, classificada como descritiva quanto aos fins e de abodagem predominantemente qualitativa.

Foi realizado levantamento de materiais científicos já publicados nos meios físicos e eletrônicos, nos últimos 10 anos, excetuando os clássicos como as obras dos autores Carl Rogers, Paulo Freire, Luckesi ; bem como artigos científicos abordando o tema em tela.

Para tal fim, utilizou-se os seguintes descritores: educação tradicional, educação bancária, educação humanista e revisou-se livros e artigos em formato físico e eletrônico nas seguintes bases: Lilacs, Pepsic Bvsalud, Scielo.

## 3 Revisão de literatura

### 3.1 Breve histórico da Educação no Brasil

Para compreender a educação que se tem hoje é preciso voltar na história de como a mesma era oferecida, mais precisamente, na época em que, as classes populares começaram a ter acesso à educação.

Fazer um paralelo entre o início da educação no Brasil e a educação tradicional (bancária, nas palavras de Paulo Freire) oferecida atualmente em muitas nas escolas, leva a compreensão de que a mesma não está comprometida com valores que dizem respeito à cultura e singularidades de seus alunos.

Voltando ao contexto histórico, mais precisamente, no início da colonização do Brasil. No Brasil-colônia, pôde – se analisar que já havia a desqualificação da cultura daqueles aos quais se desejava educar, uma vez que os jesuítas "compuseram um catecismo bilíngue, português e tupi, na forma de perguntas e respostas que acentuavam negativamente os hábitos indígenas" (FERREIRA JUNIOR, 2010, p. 20), queriam catequizar os índios a qualquer custo, impondo as crianças uma educação completamente diferente daquela em que estavam habituados.

Os jesuítas se baseavam em um tipo autoritário, julgando ser o mais propício para o contexto, uma vez que consideravam os índios pessoas ignorantes e, portanto, precisariam ser rígidos no ato de educar.

Segundo Saviani, (2019, p.31)

> O eixo do trabalho catequético era de caráter pedagógico, uma vez que os jesuítas consideravam que a primeira alternativa de conversão era o convencimento que implicava práticas pedagógicas institucionais (escolas) e não institucionais (exemplo).

É possível ver na história, que a submissão sempre foi parte de um tipo de educação autoritarista, educar através do medo e da passividade, como forma de controle sobre o educando. Os índios eram afligidos por interesse dos jesuítas, que queriam educá-los a qualquer custo, ao se sentirem amedrontados, acabavam cedendo, o que dava aos jesuítas a ideia de que estavam ganhando cada vez mais espaço. Colocavam a religião como apoio para tal atitude de dominar a educação, sem visar minimamente a vontade dos colonizados.

A educação que ofereciam era basicamente católica e autoritária, "portanto, de acordo com essa "pedagogia e ética missionária" a sujeição dos índios precede a conversão, sendo condição necessária de sua eficácia." (SAVIANI, 2019, p. 44).

É preciso refletir sobre o que se oferta aos alunos e o que se tem excluído dele, quando o mesmo se apresenta na escola. Deve – se analisar, se essa forma de educação, que ainda permeia os bancos de sala de aula, leva em consideração o ambiente em que o aluno vive, sua história de vida e seu contexto sócio – cultural.

Uma educação que exclui o saber do educando, que o restringe a um ser vazio e sem conhecimento, com o propósito de colocá-lo pronto no mercado capitalista, é mesmo modelo de educação implantada há séculos atrás, e que tem se repetido até hoje. Esse tipo de didática tem suas origens na educação elitista que teve seu início nos anos 1549 “quando Manoel da Nóbrega e seus companheiros jesuítas organizaram uma casa de bê a bá em Salvador (BA). Elitismo e exclusão foram continuamente traços distintos e complementares de uma mesma política [...]” (FERREIRA JUNIOR, 2010, p.13)

Compreender a história é de extrema importância dentro de um contexto e do período em que se vive. Melhorando aspectos que não trouxeram tantos benefícios para os atores sociais envolvidos. Com a escola não é diferente.

O autoritarismo inicial da educação, nos tempos da colonização, pode estar ainda presente nos tempos atuais, na conhecida escola tradicional, mesmo que de forma discreta, pois carrega em seu cerne o modo de ensino do Brasil colônia.

Mesmo que tenha sofrido alterações com o passar dos anos e novos métodos tenham surgindo, ela ainda carrega os traços, de uma forma de ensino já instituída, que apenas se repete como um modelo que não se pode e/ou não se deve mudar.

Vale pontuar a existência de diferentes tendências pedagógicas, dentro de 2 grandes linhas: liberal e progressista. Essas tendências diferenciam de acordo com a visão que se tem de educação, metodologia adotada para trabalhar conteúdos em sala de aula, papel do aluno e do professor da forma de avaliar a aprendizagem.

Segundo Luckesi, (1990, p. 55):

> A pedagogia liberal nasceu da justificação do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais da sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes.

Da pedagogia liberal nasce uma vertente, bastante conhecida no Brasil que é a tendência tradicional, compreendida como uma forma de ensino na qual o professor é o grande mestre, é ele quem rege o ensino e repassa o

conhecimento que tem aos alunos, que devem permanecer como passivos e ao mesmo tempo pressionados a seguir os demais.

As classes populares antes eram privadas da escola, sendo esta oferecida somente a quem tinha condições de pagá – la. Hoje pode – se dizer que "[...] a exclusão assumiu uma outra dimensão: agora as crianças das classes populares frequentam a escola, mas são privadas do conhecimento." (FERREIRA JUNIOR., 2010, p. 13), que muitas vezes é aquilo que o aluno precisa saber sobre seu próprio mundo.

A tendência tradicional entende que "o compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais são com a sociedade" (LUCKESI, 1990, p. 56). Nesta vertente, a realidade do aluno e sua cultura fora do ambiente escolar, não é levada em consideração. Os aspectos subjetivos de cada aluno não são considerados interessantes para o aprendizado dele, o mesmo sequer argumenta sobre o processo já que seu papel é de passividade e não tem voz no espaço escolar.

Na educação tradicional o conteúdo não é produzido fora do ambiente escolar. Este é passado como um valor absoluto e inquestionável. Mesmo assim, a avaliação do aluno é feita levando em consideração sua aptidão em repetir o que lhe foi passado, ainda que, para isso, ele não tenha compreendido o significado do conteúdo. Portanto, a repetição é considerada a forma de aprendizagem na educação tradicional.

Segundo Saviani (2019), a educação tradicional visava uma forma de aprender na qual a escola era o centro do universo educacional, o aluno nesse caso não tinha nenhuma autonomia no processo de aprendizagem, e deveria permanecer no seu papel passivo e desintegrado.

O aluno nesse processo deve se ajustar aos conteúdos. A temática tem uma dimensão que é considerada mais importante do que a subjetividade no aprender, ou seja, importa mais o que se aprende do que a maneira como se aprende.

Contrária aos pressupostos desta tendência surgiu então a escola nova, que que se encontrava em plena expansão quando a revolução de 1930 estourou. Esta nova forma de educação visava ampliar a forma de ensino

levando em consideração outros aspectos educacionais, como a vida social e a liberdade do aluno.

Buscando novas formas, a escola nova surgiu com um propósito diferente, onde as perspectivas do aluno, são levadas em consideração, ou seja, começa a partir daí a possibilidade de participação do educando, até mesmo na liberdade para decidir sobre sua educação. A esfera social do aluno também começa a se fazer presente no ambiente escolar de maneira mais acentuada, o que também difere das outras formas de educação até então utilizadas. (SAVIANI, 2019).

## 4 A Perspectiva de Paulo Freire para o processo de ensino-aprendizagem

Há bastante tempo diversos autores da educação trazem uma nova visão do aluno dentro da escola, entendido como centro da educação, sendo considerado como aquele que constrói seu próprio conhecimento. Dessa forma ele já não é visto como um ser passivo, mas sim o principal ator do conhecimento.

Dentre esses autores está Paulo Freire, que propõe uma abordagem da educação, na qual o educando é protagonista, considerando sua história e realidade local. O respeito à cultura do aluno é uma das questões centrais nesse processo.

### 4.1 Paulo Freire e a Educação Popular

Em meados dos anos de 1960, Paulo Freire instaura uma proposta conhecida por Educação Popular, que vem a ser uma educação pautada na valorização dos saberes prévios do povo e suas realidades culturais; buscando o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo e a transformação social.

O saber popular existe e não é mais que o saber científico, ambos devem trabalhar juntos, como já dizia Paulo Freire (1987, p. 68) “não há saber mais, não há saber menos: há saberes diferentes”. A práxis da educação popular é a valorização da trajetória dos seus educandos, tendo um educador que não é o detentor de todo saber, mas que é um mediador do conhecimento.

A ideia central da educação popular é um rompimento com a educação tradicional, já que esta ignora o saber que os indivíduos possuem em sua constituição.

A camada popular é uma classe, historicamente negligenciada no que se refere ao acesso ao ensino, (da educação básica ao ensino superior), num país marcado por um ensino tradicional e totalmente elitista. O ingresso nas universidades é um dos grandes obstáculos que a classe popular enfrenta, e a educação popular vem a ser um suporte que ampara os estudantes para enfrentarem os vestibulares. Atualmente o mais comum o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que não foi pensado, diga – se de passagem, para a classe popular, e possam se preparar e ter chance de adentrar nesses espaços.

A proposta educativa que inicialmente foi voltada para adultos se diferencia pela incorporação dos saberes dos sujeitos dentro do seu processo, utilizando elementos do seu cotidiano para formar as palavras dentro do processo da alfabetização**,** como aconteceu na comunidade de Angicos, uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte, em 1963, onde Paulo Freire liderou uma equipe de professores que foram responsáveis por colocar em prática a educação popular, alfabetizando jovens e adultos em 40 horas de estudo. Os alunos são incentivados a não problematizarem somente o processo educativo, mas sim, o seu próprio mundo, dando a eles também, uma oportunidade de estimular o pensamento político e filosófico. Dando a oportunidade de acesso a empregos melhores, aprendiam sobre os seus direitos de cidadãos e davam – lhes o direito ao voto, que na época era destinado apenas aos alfabetizados.

O caráter problematizador da educação popular, revoluciona, não somente por transformar a educação no Brasil, mas sim por entender que os sujeitos podem transformar e revolucionar o seu próprio mundo. Estar junto é construir e aprender junto com esse sujeito. A educação popular aprendeu e tem muito a aprender com as camadas populares, não se colocando num patamar de transmissão de conhecimentos, como na escola tradicional. Ela está presente junto com os movimentos sociais.

Em seu livro “Educação como prática da liberdade”, Paulo Freire (1965, p. 142), afirma:

> [..]Antes mesmo de iniciar sua alfabetização, na superação de sua compreensão mágica como ingênua e no desenvolvimento da crescentemente crítica seria o conceito antropológico de cultura. A distinção entre os dois mundos: o da natureza e da cultura. O papel ativo do homem *em* sua e *com* sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicação dos homens. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições "doadas". [...]

Na educação bancária, ao dominar o saber do educando ordenando – o a um conhecimento preestabelecido não pretende – se, na verdade, gerar um ser pensante ou favorecer autonomia; pelo contrário, cria – se uma dependência do poder dominador. De forma que quando esse estudante se tornar um adulto, ele não aprendeu a pensar sobre as questões da sociedade, muito menos questioná-la.

Quando o aluno repete o que viu em sala de aula e passa a comprovar o que aprendeu, pode dar a falsa ideia de que adquiriu conhecimento, mas, "a memorização mecânica do perfil do objetivo não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo". (FREIRE, 1968, p. 28). O que passa então é que entregando um conteúdo avaliativo, o aluno é obrigado a reproduzir como lhe foi solicitado. Pois esse material geralmente é avaliativo e se o educando não seguir estas regras possivelmente será prejudicado.

A educação então é imposta como uma forma de descarregar um saber que preexiste a qualquer subjetividade.

O professor desempenha o papel daquele que dá um norte, segundo a sua formação, que lhe garante o poder de direcionamento. Porém, na maioria das vezes, ele influencia e dita o que o aluno deve fazer com aquele norte, "o educador que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas e invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem" (FREIRE, 1970, p.34).

Trazendo então, a definição de educação bancária, na qual o aluno é um ser vazio de qualquer conhecimento e o professor atua como aquele que detém todo e qualquer conhecimento. Ele é quem repassa um conhecimento que provém do mundo, que é um mundo alheio à vida/cultura do educando.

Existe uma contradição nesse tipo de educação, porque esse conteúdo que vem de fora é cobrado e avaliado com tamanha rigidez, que exige do aluno respostas condizentes com esse conteúdo externo, levando – os a pensarem que tais ideias pertencem e/ou partiram deles próprios. É justamente, nesse tempo de imposição do conhecimento que é "instaurada uma situação de violência, de opressão, ela gera toda uma forma de ser e comportar – se nos que estão envolvidos nela. Nos opressores e nos oprimidos" (FREIRE, 1970, p. 25).

Um professor que já se encontra imerso numa estrutura opressora constrói uma educação também opressora, formando seres oprimidos, desempenhando os papeis de dominador e dominado. Uma educação embebida na fonte da dominação não pode gerar seres autênticos. O aluno deixa de pensar por si e passa então a adaptar – se ao mundo que lhe é apresentado.

Paulo Freire (1992, p.61), no livro "Pedagogia da Esperança", afirma que a comunicação entre professor e aluno deve se fazer presente, sempre como um ato de manifestação de direito e respeito mútuos. A verdade é que ele pode sim dar uma direção, mas deve caminhar junto com o aluno, democraticamente, em diálogo, debatendo ideias, desempenhando uma tarefa de trocas de experiências.

Nesse sentido, para Freire a educação é um ato político, pois o diálogo não tira o mérito nem a autonomia do professor, colocando – o em pé de igualdade com o aluno, mas reafirma que também não é superior ao educando ou soberano em saber. O hábito de expressão de ideias torna os objetivos claros, e por fim professor e aluno aprendem e apreendem a realidade de forma que nenhum tenha que sobressair sobre o outro. Não há danos ou perdas em dialogar, pelo contrário, reafirma e valoriza o saber e a subjetividade preexistente em cada um.

Na educação bancária o ato de questionar não é comum, e quando acontece algum questionamento, as respostas são sempre iguais e bem generalistas, o que leva o aluno a entender que não existem soluções para os seus questionamentos, a não ser que esta venha de pessoas que detenham "melhor" conhecimento ou poder.

Em "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire (1968, p. 33), fala da educação bancária como "ato explícito de colocar sobre o outro, estendendo – se a ele o

que se julga saber, na qual se torna um ato de depositar, em que os educandos são depositários e o educador o depositante".

O educando quando toma posse do seu processo "[...] poderá interferir ao invés de ser simplesmente espectador, acomodado às prescrições alheias que, dolorosamente, ainda julga serem opções suas." (FREIRE, 1967, p.62). O discente passa a acreditar que aquela é sua forma de pensar. Que aquele deve ser seu modo de vida. Não enxergando sua realidade nos conteúdos programáticos, desacredita ser capaz de pensar por si mesmo, e se responsabilizar pelo mundo a sua volta. Torna – se então um cidadão passivo.

Fazer com que o aluno pense na sua participação e seu lugar na sociedade faz com ele saia da redoma de ideias de que outras pessoas possam lhe oferecer. É ter um papel participativo e questionador. O que antes poderia obedecer sem questionar, agora pode se transformar em ator da própria história, após a conquista da autonomia.

Talvez haja pouco investimento nesse tipo de educação, justamente, porque é revolucionário provocar milhares de cidadãos para pensar e entender vários assuntos que antes passariam despercebidos. A sociedade opressora não deseja isso, não deseja e não colabora para que os alunos pensem no rumo que desejam seguir por si mesmos; é cômodo e oportuno que apenas sigam o que lhes foi ofertado.

A educação tradicional não leva para dentro da escola os problemas pelos quais as crianças passam quando não estão na escola, com seus familiares, em seus bairros e ambientes externos a escola, excluindo questões sociais.

Compreender o tempo em que vive o aluno, sua cultura, e o que faz parte de seu cotidiano, fazer debates e atividades que envolvam o que o mesmo traz para sala de aula, é um ato político. O costume com o método tradicional pode levar a entender que isso é uma utopia e que é de difícil concretização, mas o que se deve compreender é que o caminho se apresenta diariamente na escola, é através do aluno que se deve começar. Este é o mundo pelo qual se deve começar um processo educativo, através de seu enredo próprio e singular.

Vale ressaltar que não se desvaloriza os livros didáticos para que essa abordagem se faça presente. O que se deve entender é que os livros e o aluno carregam em si saberes preciosos, e que não se deve anular um para que o

outro prevaleça. Pelo contrário, numa boa educação os livros devem dialogar com o cotidiano. Os alunos devem dialogar com os livros e fazendo com que esses se façam úteis no seu dia a dia.

A transformação ocasionada pela libertação da opressão, livra, por assim dizer, o aluno de ser um depositário de conteúdos, e que agora questiona esse lugar. Questionando seu lugar perante a sociedade e em relação ao seu processo educacional, ele passa a ser livre para ciar essa "libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca" (FREIRE, 1970, p.17), passa de um ser oprimido para um ser autêntico e ativo, podendo se considerar, portanto, um ser livre.

### 4.2 Breves apontamentos sobre o "Método"[1] Paulo Freire

Para Freire, o sujeito deve ser incluído no processo de ensino, assim como sua linguagem. Na verdade, seu trabalho poderia ser chamado de uma filosofia de ensino, uma vez que a proposta não é impor uma regra, mas sim abordar o educando com ensinamentos que sejam diretamente ligados com sua cultura e seus conhecimentos prévios. Dessa forma, a "linguagem como caminho de invenção da cidadania" (FREIRE, 1992, p.20) está tomada de sentido e vem unir aluno e saber.

O aluno não pode ser esvaziado de si, de seu mundo interno para aprender. Assim como o professor também tem um papel essencial, já que este é responsável por auxiliar na busca do conhecimento. A relação professor/aluno é tomada por uma atitude lógica e dialética, onde nada se perde ou deposita, pelo contrário ambos mantêm uma relação, no sentido estrito da palavra. Dessa forma o aluno é compreendido na sua busca e o professor tem uma conduta de acolhida.

O diálogo é uma questão bastante evidenciada nas obras de Paulo Freire; ele enfatiza a importância deste, como um elo que se faz e refaz a partir do encontro e evidencia também, que o diálogo também faz parte da aprendizagem.

[1] Esclarece-se que a palavra método não traduz a dimensão da proposta freireana, e é utilizada aqui com finalidade meramente didática ao elencar as principais etapas do trabalho pedagógico.

Esse diálogo é bem mais do que uma comunicação entre duas partes, onde existem perguntas e possíveis respostas, é uma interação, estimulação mútua, onde ambas as partes buscam compartilhamentos e saberes já existentes.

Quando o aluno toma conhecimento de que tem um papel importante e ativo dentro da sociedade, ele passa a agir com consciência crítica. Sendo assim nasce a importância da participação do aluno na sociedade. Como enfatiza Paulo Freire, em sua obra “Educação como prática da liberdade”,(1967, p.43), “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão”.

Antes disso é preciso percorrer um caminho de libertação, libertação dos trilhos da opressão, que acontece desde os conteúdos já programados da escola, onde o aluno não tem o direito de escolha, apenas segue aquilo que já está definido por outros. O professor mais uma vez tem seu papel relevante nesse processo de libertação, pois irá caminhar junto com o aluno, como também questionar, apresentar e construir novas ideias e aprendizagens; não fazer o que já é feito, mas refazer, começar e recomeçar.

Quando chega na escola, o aluno traz consigo uma história de vida e da sua comunidade, que não se perde neste ingresso, ou pelo menos espera – se que não se perca. É nesse aspecto que Freire fala sobre a importância da cultura, esta que, na educação tradicional, se aprende na escola, por meio das histórias do passado, dos livros, contos e rituais.

Paulo Freire (1968), se refere à cultura, muitas vezes, em sua obra como cultura letrada. A cultura ganha uma conotação intelectualmente subjetiva quando a cultura do aluno é levada ao ato da aprendizagem e faz com que este coloque em palavras didáticas aquilo que já vive.

A linguagem que o estudante traz, que muitas vezes é corrigida e adequada as normas, deveria, pelo contrário, ser motivo de discussão, de trazer sentido para esta palavra e para o mesmo. Através dessa linguagem ele irá conectar – se, novamente, ao seu mundo e a sociedade em que vive.

Em “A pedagogia do Oprimido”,(1968, p. 59), Paulo Freire diz que:

> Na etapa da alfabetização, a educação problematizadora e da comunicação busca e investiga a ‘palavra geradora’, na pós alfabetização busca e investiga o ‘tema gerador’. A palavra geradora,

> aquela que coloca em pauta e na qual o aluno irá voltar para sua casa e trabalha – la, dará sentido aquilo que aprendeu. A forma de trabalhar isso em sala de aula não é automática e nem tampouco, articulada e/ou programada, mas de forma genuína e natural. O aluno não avisa o que quer falar em determinado dia, assim como o professor, também não planeja sua aula para trabalhar tal questão em dias pré determinados.

Essa linguagem é parte do sujeito, é a linguagem de seus pais, é sobre o que fazem e o que trabalham, que fazem parte do mundo desse estudante. Esta fala precisa ser ouvida e acolhida.

Assim, se constrói um novo sentido, onde o aluno entenderá a essência do aprender, pois estará praticando – a dentro da realidade em que vive. Pode – se dizer então, que há uma integração entre comunidade e escola, e dessa forma, o aluno age politicamente na sociedade.

## 5 Contribuições de Carl Rogers para a Educação na perspectiva da Psicologia Humanista

Rogers foi convidado pela Universidade de Harvard para falar sobre sua teoria de Ensino Centrado no Estudante, fundamentados em seus princípios terapêuticos, que ele procurou aplicar a educação.

Esse modelo de ensino propõe deixar o estudante livre para construir outros conhecimentos, a partir daqueles que ela já possui, ou seja, ele é o centro do seu processo de aprendizagem.

Ele relata que a demonstração do seu método causou grande estranhamento aos professores aos quais ele estava conduzindo a palestra, “parecia que eu lhes estava ameaçando o emprego, cujo sentido me escapava, etc., etc.” (ROGERS, 1985, p. 316). O que ele quis dizer, é que pareceu que os professores, que eram pessoas muito cultas, haviam se esquecido de qual era de fato a proposta do tema: um ensino centrado no estudante, ou seja, ali se tratava de priorizar o educando.

A reação dos professores diz sobre o quanto estavam arraigados ao método tradicional de ensinar. Onde o professor está acima do aluno, como mestre e detentor de todo o saber e o aluno é apenas um receptor deste conhecimento, já previamente estabelecido. Logo, se perceberam como

pessoas, que seriam, talvez inúteis ou desnecessárias no processo de ensinar, por isso a proposta soou como algo inimaginável aos professores.

Rogers alega que não esperava que os ouvintes concordassem com as suas perspectivas pessoais em relação à educação, visto claramente a reação de todos da sala, apenas “procurei aceitar e entrar em contato empático com a indignação, a frustração as críticas que os participantes manifestavam.” (ROGERS, 1985, p. 316)

Ele encontrou aspectos muito importantes e significativos de sua experiência na psicoterapia, para o processo de educação bem como para o processo criativo. Entende – se, que assim como na psicoterapia, o cliente deve ser autor de seu processo terapêutico, assim também deve ser com a aprendizagem: o aluno quem deve conduzir a construção da sua aprendizagem.

### 3.3.1 A Aprendizagem Significativa

No que se refere à aprendizagem significativa, Rogers (1985), p. 322, diz que:

> Por aprendizagem significativa entendo aquela que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação da ação futura que escolhe ou nas atitudes e na sua personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimentos, mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência.

A partir dessa definição compreende-se que para que exista uma aprendizagem satisfatória, é necessário que aquele conteúdo faça sentido para o aluno, que faça parte de sua experiência e seja percebida por ele como um problema, ou seja, algo que o afeta.

Se os alunos estão na sala de aula, de maneira obrigatória, ouvindo sobre assuntos que estão fora de seus assuntos cotidianos, cientes de sua passividade, dificilmente acontecerá algum aprendizado. Mas quando percebem que podem utilizar aqueles conhecimentos para algo que, de fato, os ajudam a resolver problemas que os afetam, acontecerá então, a aprendizagem significativa.

Segundo Lima et. al (2018), é fato que os professores estejam interessados em aprendizagens que provoquem mudanças, que façam alterações na forma de ver e lidar com suas experiências. Por esta razão, a aprendizagem deve estar relacionada diretamente ao estilo de vida do aluno. Por outro fato, os professores não estão familiarizados com a participação ativa dos alunos na construção dessa aprendizagem. Já que tradicionalmente, a posição ativa pertence ao professor.

Uma das implicações desse método de educação consiste em "[...] permitir ao aluno [...] estabelecer um real contato com os problemas importantes de sua existência, de modo a distinguir os problemas e as questões que pretende resolver". (ROGERS, 1985, p. 330)

Quanto ao papel do professor, não se tornará algo obsoleto, ele apenas deixa essa posição de detentor de todo o saber e passa a desempenhar o seu papel com uma perspectiva diferente, desempenha o papel de facilitador, que cria na sala de aula, um ambiente propício à aprendizagem significativa.

O papel do professor, nesse caso, é o mesmo papel que o psicoterapeuta deve desempenhar na clínica, ambos facilitadores, dos processos de construção do ser humano, em dois diferentes e importantes aspectos de suas vidas.

### 3.3.2 A Tríade Rogeriana na Educação

Rogers observa que os métodos exigidos pelas instituições educacionais na sua época, não ofereciam aos alunos, subsídios para a construção de conhecimento, não permitia que o aluno estabelecesse relação de congruência. Assim, começa a fazer várias críticas ao ensino superior e por discordar dessa metodologia imposta, ele decide abandonar seu cargo de professor universitário. "A ditadura do conteúdo sufoca a liberdade de aprender". (ROGERS, 1969, p???).

Para ele as qualidades de um professor não dependem de qualidades pedagógicas, domínio do conhecimento, do cumprimento do programa pedagógico estabelecido, das várias formas de utilização de recursos tecnológicos utilizados nas aulas, apesar de tudo isso ser importante, não são determinantes para uma aprendizagem significativa.

Diante de sua vasta experiência no ambiente educacional, deste lugar de discente, lidando diretamente com os problemas e dificuldades dos docentes, percebe que, o que era aplicado no contexto clínico terapêutico poderia ser transposto de maneira satisfatória, também no contexto ensino-aprendizagem, aplicando a corrente humanista a educação. Fazendo este paralelo entre a clínica e a escola, ambas centradas no cliente/aluno, fica claro que, o que contribui, de fato, para uma verdadeira aprendizagem é a presença de certas atitudes de quem ensina e de quem aprende.

Rogers acredita que todo indivíduo possui um potencial natural para aprender, ou seja, já nasce com a tendência à busca por novos conhecimentos. As pessoas sofrem processos incongruentes, geralmente no seu desenvolvimento durante a infância, por parte das suas figuras de referência, (os pais/responsáveis ou os professores/educadores), que passam a não enxergarem as potencialidades dele, e a forma como ele recebe essa aprendizagem. Desta forma, o indivíduo vai ficando incongruente e tende a se distanciar desse potencial, vindo a resultar então, nas dificuldades de aprendizagem.

É esperada na educação significativa que o professor seja a pessoa que é, autêntico e congruente.

> A congruência significa que ele aceita seus sentimentos reais. Torna-se então uma pessoa real nas relações com seus alunos. Pode mostrar-se entusiasmado com assuntos de que gosta e aborrecido com aqueles pelos quais não tem predileção. Pode irritar-se, mas é igualmente capaz de ser sensível ou simpático,. ( ROGERS, 1985, p. 331).

Ainda sobre a atitude congruente do professor, Rogers (1959, p.232), afirma que: “[...] não pode ocorrer verdadeira aprendizagem a não ser à medida que o aluno trabalhe sobre problemas, que são reais para ele; tal aprendizagem não pode ser *facilitada* se quem ensina não for *autêntico* e *sincero*.”

O que a teoria humanista propõe para a educação, é que sejam distribuídas as responsabilidades, cada um se ocupando em seu papel. Construir um aluno autônomo não é abandoná-lo a própria sorte, mas auxiliá-lo, procurando meios que melhorem a experiência desse estudante. Doutro lado, o aluno, deve buscar entender o que ele pode fazer, para melhorar, resultando no

diálogo entre ambos, expondo seus sentimentos, em relação às atitudes e os comportamentos que envolvem a relação professor-aluno.

Logo, “o professor é uma pessoa, não a encarnação abstrata de uma exigência curricular ou canal estéril através do qual o saber passa de geração em geração” (ROGERS, 1985, p. 331). Ou seja, ele não é uma máquina expositora de conhecimento apenas, ele é uma pessoa e deve ser tratada e respeitada como tal.

Um conceito importante na teoria rogeriana é o de aceitação positiva incondicional, segundo o qual:

> o professor que for capaz de *acolher* e de *aceitar* os alunos com calor, de testemunhar-lhes uma estima sem reserva, e de partilhar com compreensão e sinceridade os sentimentos de temor, de expectativa e de desânimo que eles experimentam quando de seu primeiro contato com seus novos materiais, este professor contribuirá amplamente para criar as condições de uma *aprendizagem autêntica* e *verdadeira*.( ROGERS, 1959, p. 233)

Quando o professor é capaz de manifestar a consideração positiva incondicional, está na relação pedagógica como um mediador, estabelecendo uma relação de empática, aceitando e buscando compreender as dificuldades dos educandos. Assim, promove a autonomia do sujeito/aluno, respeitando o tempo-espaço em que essa pessoa está inserida, atitudes estas que motivam e favorecem a promoção da construção do conhecimento.

O professor que enxerga esse indivíduo como uma pessoa capaz de compreender a si mesmo e ao mundo, que contribui para o desenvolvimento do indivíduo que aprende, oferece a ele um espaço propício para a construção de conhecimento, tornando o ensino significativo, mais congruente, prazeroso e mais auto realizante. A autonomia do aluno é instalada quando ele atinge o autoconhecimento.

No que diz respeito à compreensão empática, para que o professor seja de fato, empático para com o aluno, deve compreendê-lo a partir do seu quadro de referências pessoais. Para Rogers (1986, p.131), isso acontece “quando o professor tem a capacidade de compreender internamente as reações do estudante, tem uma consciência sensível da maneira pela qual o processo de educação e aprendizagem se apresenta ao estudante”.

Entendendo que o professor tem o papel de um facilitador, espera-se que ele tenha atitudes facilitadoras, que tenha uma metodologia que possibilite a aceitação incondicional da natureza do seu aluno, respeitando sempre sua história de vida, com congruência, sendo capaz de enxergá-lo como uma pessoa, que é autêntica, com tendências a autoaprendizagem e auto realização.

## 6 Considerações finais

Rogers e Paulo Freire reivindicam/propõem em seus escritos, a mudança significativa nos papeis professor/estudante. A educação centrada no estudante propõe a não diretividade; o aluno é quem dirige a construção da sua aprendizagem. Mas para que ele seja capaz de construir o conhecimento, é necessário que ele se conheça. É através do autoconhecimento que a pessoa é capaz de pontuar o que é importante para ele e o que não é, o que ele precisa ou não, desenvolvendo o que para Paulo Freire é fundamental: pensamento crítico sobre o mundo vivido para transformação da realidade.

O espaço escolar é o ambiente que deve receber o aluno e o que ele traz consigo, de história, de cultura, de conhecimento e saberes próprios. Quando o aluno possui essa liberdade, consegue compreender que, o que lhe foi ensinado no contexto escolar, pode ser aplicado ao seu mundo, sua comunidade e vice versa. É o que, tanto Freire como Rogers, chamaram de aprendizagem significativa, que como o nome sugere, é aquela que traz sentido à vida do mesmo.

Sendo assim, este indivíduo vai se descobrir também cidadão, sabedor dos seus direitos e deveres, já que nessa escola ele aprende muito mais do que apenas números, aprende política, cidadania e cultura. Cultura esta, que não se resume àquela que se acha nos livros, é sua cultura, sua história, a história de seus pais. É a maneira como vivem, falam, como trabalham. E como um ciclo que se reinventa a partir do já existente, enriquece também o saber dos pais e da comunidade.

O aluno é um ser pensante, um ser de possibilidades para construir seu conhecimento, explorando seu próprio potencial. Esta é a visão educação centrada no aluno, que não é voltada e nem preocupada apenas em expor conteúdos, mas criar condições favoráveis para o interesse em aprender, tendo

o professor como o mediador, sendo aquele facilita esse processo de aprendizagem.

Carl Rogers possui uma visão de educação e uma metodologia de ensino convergente com as ideias de Paulo Freire, o que justifica a junção das duas teorias, como base para a construção dessa crítica à metodologia tradicional de educação; que é ainda hoje, instalada nas escolas e que não permite ao aluno, um desenvolvimento pleno como pessoa, como um ser único e autêntico que existe para além dos muros da escola.

Sendo assim, é possível concluir que as metodologias de ensino sugeridas por Carl Rogers e Paulo Freire, favorecem o processo de aquisição e construção de conhecimento. Pois quando o estudante é livre, é capaz de compreender verdadeiramente a si mesmo e ao mundo, sendo transformado e transformando – se em agente de mudança.

**Referências**

COSTA, Bruno Botelho. Paulo Freire: educador-pensador da libertação 1. ProPosições, v. 27, p. 93-110, 2016.

FERREIRA JÚNIOR, Amarilio. História da Educação Brasileira:da Colônia ao século XX. São Carlos:EdUFSCar, 2010. 123 p. ISBN 9788576002208.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019. 192 p. ISBN 9788577534234.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019. 144 p. ISBN 9788577534098.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020. 336 p. ISBN 9788577534197.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014. 245 p. ISBN 9788577531646.

LIMA, L. D. De et. al. Teoria humanista: Carl Rogers e a Educação. *Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - ALAGOAS*, *4*(3), 161. 2018. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/4800. Acesso em: 10 jul. 2021

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 292 p. ISBN 8524902493.

ROGERS, C. R. Liberdade para aprender. Trad. de Edgard de Godói da Mata Machado e Márcio Paulo de Andrade. 2ª ed. Belo Horizonte: Interlivros,1973. 332 p. ISBN 9780675095198.

ROGERS, Carl R. Aprendizagem Significante em Terapia e em Educação. Educational leadership, v. 16, n. 4, p. 232-242, 1959.

ROGERS, Carl. Tornar-se pessoa. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019. 520 p. ISBN 9788578270858.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 5ª. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2018. 504 p. ISBN 9788574962009.

SOUZA, Marcus Vinícius Linhares de; LOPES, Eduardo Simonini; SILVA, Lara Lúcia da. Aprendizagem significativa na relação professor-aluno. Revista De Ciências Humanas, 2013.